

# Diagnóstico Participativo para um Programa de Educação Ambiental

## 1. Introdução

É apresentada a proposta de Diagnóstico Participativo para embasamento do Projeto de Educação Ambiental referente à atividade de desenvolvimento e escoamento da produção de petróleo nos Blocos BM-C-39 e BM-C-40, Bacia de Campos, em atendimento à Norma Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10, que determina esta etapa como preliminar nas elaborações de Projetos de Educação Ambiental.

O diagnóstico proposto está de acordo com as diretrizes contidas nos documentos “Orientações para elaboração e implementação dos programas de educação ambiental no licenciamento das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural” (IBAMA, 2005) e “Bases para a formulação de um programa de EA para a Bacia de Campos” (IBAMA, 2006) e procura identificar e caracterizar:

- 1) Problemas ambientais que estejam relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural;
- 2) Problemas que não estejam relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural;
- 3) Potencialidades socioambientais encontradas na área abrangida pelo diagnóstico;
- 4) Sujeitos prioritários da ação educativa.

A Educação Ambiental deve, segundo o IBAMA (2005), “proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias, para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, exerçam o controle social da gestão ambiental pública”.

Ainda de acordo com a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10, que propõe diretrizes para a elaboração, execução e divulgação de programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente por bacia de produção, “em região onde há programa de educação ambiental, mas que não abrange toda a área de influência do empreendimento em licenciamento, a empresa deverá desenvolver diagnóstico participativo naqueles municípios que ainda não integram o programa na região e estão na área de influência do seu empreendimento.”

Desta forma, esta proposta de diagnóstico participativo se faz necessária na medida em que a atividade de desenvolvimento e escoamento da produção de petróleo nos Blocos BM-C-39 e BM-C-40 possui como área de influência uma quantidade maior de municípios que as áreas de influência dos outros empreendimentos da OGX na Bacia de Campos, somente pelo critério de pagamento de *royalties*

É, portanto, um público-alvo diferenciado, por ser impactado positivamente pela atividade a ser desenvolvida, através do recebimento de receitas. Cabe ressaltar que, conceitualmente, o objetivo do pagamento de *royalties*, de acordo com a teoria econômica, é compensar as gerações futuras pela ausência do recurso natural explorado. Sua aplicação deve ocorrer no sentido da diversificação da economia como forma de tornar o ente beneficiado menos dependente do recurso natural finito, neste caso, do petróleo (CARVALHO, 2008). Desta forma, esta proposta de diagnóstico participativo busca identificar a atual situação do ordenamento territorial destes municípios, de forma a contribuir para a discussão da sustentabilidade de suas economias no longo prazo.

Ressalta-se que esta proposta será validada quanto à sua importância para estes municípios durante o processo de execução. Além disso, através do diagnóstico participativo proposto pretende-se obter as informações necessárias para desenhar o Projeto de Educação Ambiental, de forma a melhor definir o público-alvo e as ações que serão desenvolvidas.

## **2. Previsão de Recorte Espacial**

O diagnóstico participativo será realizado nos municípios da área de influência do empreendimento não englobados em Projetos de Educação Ambiental levados a cabo pela OGX anteriormente: Rio das Ostras, Carapebus, e Parati, no Estado do Rio de Janeiro. Os demais municípios inserem-se no escopo do processo de licenciamento do Teste de Longa Duração e Desenvolvimento da Produção de Waimea (Processo IBAMA nº 02022.000204/10), que por sua vez, busca dar continuidade ao PEA-perfuração (realizado no âmbito da Licença de Operação nº 876/2009). No Anexo I deste documento, apresenta-se o mesmo.

Cabe destacar que esta proposta de diagnóstico é complementar aos demais projetos de educação ambiental da OGX na Bacia de Campos, conforme preconiza a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10. Ou seja, por se tratarem de projetos que se sobrepõem no tempo, extrapolando os limites temporais das atividades que os originaram, são parte integrante

de um programa de educação ambiental que busca abranger todas as áreas de influência dos empreendimentos da OGX na Bacia de Campos, incluindo todas as suas particularidades.

Macaé, por exemplo, apesar de também ser potencial receptor de *royalties* da atividade de desenvolvimento e escoamento da produção de petróleo nos Blocos BM-C-39 e BM-C-40, já está contemplado pelos outros dois processos de PEA da OGX na Bacia de Campos (perfuração e produção), por conta da interferência com a atividade pesqueira realizada pelo município. Desta forma, não será contemplado nesta proposta de diagnóstico participativo.

É importante frisar que o recebimento de *royalties* por estes municípios será confirmado pela ANP, junto ao IBGE, quando do início da produção nos Bloco BM-C-39 e BM-C-40. Assim, esta proposta de recorte espacial poderá sofrer modificações futuramente, após esta definição por parte dos órgãos responsáveis.

### **3. Público Previsto**

Para a realização do diagnóstico serão envolvidas as prefeituras e organizações sociais pertinentes ao empreendimento, por ser este o público idealmente constituído para o levantamento das informações desejadas. Sendo assim, serão envolvidos:

- prefeituras municipais e secretarias municipais de meio ambiente dos municípios da área de influência ainda não participantes de Projetos de Educação Ambiental (Tabela 1)

**TABELA 1 – Público Definido**

<b>Autarquia</b>	<b>Endereço</b>
Prefeitura Municipal de Carapebus	Assessor de Meio Ambiente Cristiano Alencar Av. Getúlio Vargas, 15 – Centro – Carapebus – RJ CEP: 27998-970
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Carapebus	Secr. Roberto Carlos Rocha Pinto R. Salim Selem Bichara, 200 – Centro Carapebus – RJ CEP: 27998-000 Tel.: (22) 2768-3311
Prefeitura Municipal de Macaé	Pref. Riverton Mussi Ramos Av. Pres. Feliciano Sodré, 534 – Centro – Macaé – RJ CEP: 27910-490 Tel.: (22) 2791-9008
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macaé	Secr. Henrique Emery R. da Igualdade, 537 – Imbetiba – Macaé – RJ CEP: 27900-000 Tel.: (22) 2791-2158
Prefeitura Municipal de Rio das Ostras	Pref. Carlos Augusto Carvalho Balthazar R. Campo de Albacora, 75 – Loteamento Atlântico Rio das Ostras – RJ CEP: 28.890-000 Tel.: (22) 2764-6470
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Rio das Ostras	Secr. Max José de Almeida R. Petrópolis, s/n – Jardim Mariléa Rio das Ostras – RJ CEP: 28.890-000 Tel.: (22) 2760-0252
Prefeitura Municipal de Parati	Pref. José Carlos Porto Neto Al. Princesa Isabel, s/n – Pontal – Parati – RJ CEP: 23970-000 Tel.: (24) 3371-9900
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Pesca e Agricultura de Parati	Al. Princesa Isabel, s/n – Pontal – Parati – RJ CEP: 23970-000 Tel.: (24) 3371-1844

- organizações não governamentais indicadas pelas prefeituras municipais e identificadas através de levantamentos de campo e em bases de dados públicas;
- associações representativas dos moradores dos municípios.

O número de participantes exato por reunião será definido a partir das primeiras reuniões com as prefeituras municipais, onde serão definidas também as organizações e instituições específicas que deverão participar das oficinas.

Nas reuniões com as prefeituras espera-se reunir aproximadamente 4 pessoas responsáveis, representando o município e a secretaria de meio ambiente.

Nas oficinas, espera-se reunir aproximadamente quinze pessoas, entre representantes de organizações de classe, sociais e demais instituições.

#### **4. Objetivos Específicos:**

São objetivos específicos do diagnóstico:

- Identificar as características do ordenamento territorial dos municípios participantes, seus problemas, conflitos e potencialidades através da percepção dos grupos;
- Listar e avaliar os projetos de educação ambiental já implementados e em execução na área de influência, bem como de outras ações vinculadas a políticas públicas relacionadas ao ordenamento do território;

#### **5. Metodologia Prevista**

Com o intuito de identificar os atores sociais envolvidos no processo de planejamento territorial da região, será realizado um processo participativo, de forma a construir uma base de dados em conformidade com os problemas, conflitos e potencialidades identificados por esses grupos em sua relação com o território.

Neste sentido, a proposta conceitual e metodológica envolve etapas de planejamento, mobilização do público, construção e participação integradas, implementação e planejamento das próximas etapas.

O público-alvo se dividirá em dois grupos: o primeiro formado pelas prefeituras e secretarias municipais, onde serão realizadas reuniões para o levantamento das seguintes informações:

- renovações previstas nos Planos Diretores Municipais;
- políticas municipais de ordenamento territorial;
- principais projetos e programas ambientais.

O segundo grupo será formado pelas organizações não governamentais e associações de moradores, com as quais serão realizadas oficinas de trabalho, tendo como objetivo diagnosticar as principais reivindicações e problemas socioambientais por elas encontrados.

Os responsáveis pela realização das oficinas utilizarão a metodologia “Mapa Falado”, que consiste em uma representação gráfica da realidade comunitária. É elaborado coletivamente pelos representantes da sociedade civil, interessados em participar de um processo de mobilização, conhecendo e buscando a resolução de problemas por eles identificados.

Através dessa metodologia é possível realizar um levantamento da situação geral (características de infra-estrutura de serviços, localização das moradias e instituições, etc.) e das situações específicas (ambiental, saneamento, habitação, etc.) dos municípios.

No caso dos municípios da área de influência do empreendimento, a atenção será voltada aos seguintes pontos:

- Resgate histórico da ocupação e de sua expansão;
- Identificação dos principais problemas e potencialidades;
- Discussão e acompanhamento das principais questões identificadas.

Na etapa de realização do Mapa Falado, os mediadores colocarão papel para desenho de mapa em bancadas nos locais das reuniões, para que os participantes possam trabalhar sobre eles. Os participantes, à medida que desenharam seu município/localidade, identificam as principais questões que envolvem os temas propostos pelos mediadores (meio ambiente, ocupação, atuação das instituições no território).

Além de identificarem os principais tópicos, os participantes serão incentivados a contar a história do local, sendo possível identificar os processos de ocupação e uso do território e meio ambiente.

Depois de desenhado o mapa, os participantes deverão, em plenária, aprofundar a reflexão sobre a realidade, demonstrando quais são suas formas de atuação. O mediador deverá estimular a discussão do tema objeto do Mapa Falado, enquanto anota as conclusões à medida que são formuladas. Estas devem ser escritas em quadro negro ou em folhas grandes expostas na parede, explicitando em colunas quais os principais problemas, como atuam as associações e ONGs e quais são as soluções propostas.

Durante o processo de realização das oficinas e reuniões, todas as informações conseguidas serão sistematizadas em relatórios, que trarão os resultados e análises pertinentes e serão elaborados semestralmente.

Com a finalização do período dedicado às reuniões e oficinas, será realizado um relatório final, onde serão analisados os resultados de forma a encaminhar a elaboração do Projeto de Educação Ambiental.

## **6. Metas**

- Definir prioridades para o Projeto de Educação Ambiental;
- Distinguir principais organizações ambientais e territoriais por município, verificando quais são as mais representativas;
- Compreender a realidade socioespacial dos municípios através do conhecimento de seu histórico e atualidade;
- Definir as prioridades por município.

## **7. Indicadores**

Os indicadores de todo o processo serão gerados durante as atividades propostas – reuniões e oficinas – e consistirão em listas de presença, fotos e material produzido (no caso das oficinas), que serão anexados aos relatórios elaborados durante todo o processo de implantação do diagnóstico, semestralmente. Além disso, serão utilizados questionários ao final de todas as oficinas, onde os participantes poderão avaliar o andamento do diagnóstico.

## **8. Resultados Esperados**

A participação das prefeituras e organizações sociais dos municípios durante o processo de diagnóstico é importante no sentido em que promove o empoderamento de indivíduos e grupos; eleva a responsabilidade dos atores envolvidos; estimula a mudança de papéis fazendo com que grupos e indivíduos passem de objetos para sujeitos do processo de discussão; incentiva a descentralização e a horizontalidade do poder e permite uma quantificação e qualificação das informações (INEA, 2011).

## **9. Perfil dos Profissionais Envolvidos**

Os profissionais envolvidos no trabalho proposto possuem experiência na execução de diagnósticos, na prática de oficinas de levantamento de informações socioambientais, na implementação de projetos de educação ambiental para licenciamento ambiental e no licenciamento de atividades offshore.

## **10. Responsável Técnico**

Pela elaboração deste documento, a responsabilidade técnica é das profissionais apresentadas na Tabela 2. A cópia do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do IBAMA é apresentada no item II.13 Equipe Técnica.

**TABELA 2 – Responsáveis técnicos**

Nome	Formação	Registro Profissional	Cadastro IBAMA	Assinatura
Flávia Caheté	Economista	CORECON-RJ 23947	326154	
Táisa Sanches	Socióloga		5281690	
Bárbara Loureiro	Geógrafa	CREA-RJ 2.009.104.082	494.440	

## 11. Bibliografia

- ANELLO, Lucia. 2009. Os Programas de Educação Ambiental no Contexto das Medidas Compensatórias e Mitigadoras no Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Exploração de Petróleo e Gás do Mar do Brasil: a Totalidade e a Práxis como Princípio e Diretriz de Execução. UFRN, Rio Grande.
- CARVALHO, Flávia. 2008. Aspectos Éticos da Exploração do Petróleo: os Royalties e a Questão Intergeracional. PPE/COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.
- IBAMA, 2010. Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento>
- IBAMA, 2006. Bases para a Formulação de um Programa de EA para a Bacia de Campos. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento>
- IBAMA, 2005. Orientações para elaboração e implementação dos programas de educação ambiental no licenciamento das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento>.
- Instituto Estadual de Meio Ambiente, INEA, 2011. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/fma/educacao-ambiental.asp>. Acesso em setembro de 2011.